

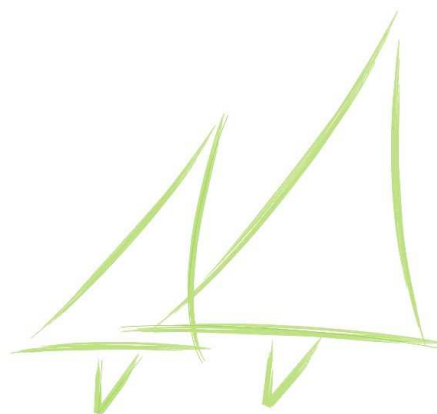
V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO

V ENCUENTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO

MOVIMENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZAÇÃO
E IDENTIDADE COOPERATIVA NA AMÉRICA LATINA

MOVIMIENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZACIÓN E IDENTIDAD COOPERATIVA EN AMÉRICA LATINA

COMITÊ DE PESQUISA DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL



071 - APONTAMENTOS ACERCA DO COOPERATIVISMO POPULAR

Identidade, valores e governança das cooperativas.

Benedito Anselmo Martins de Oliveira¹
otideneb@ufs.edu.br

Nelson Giordano Delgado²

Maria de Lourdes Souza Oliveira³

Resumo: Este artigo apresenta reflexões conceituais acerca das cooperativas populares. Remete a uma pesquisa feita em cinco cooperativas populares que atuam em favelas da cidade do Rio de Janeiro. Uma descoberta deste estudo foi que, ao atuarem na perspectiva de ajudar a minimização do desemprego e a exclusão social e ao se articularem umas com as outras, essas cooperativas ajudam a construir e reproduzir capital social e reforçam o desenvolvimento da economia solidária. Entretanto, fundamentalmente, este artigo tem a intenção de apontar alguns pontos cardeais que possam fazer uma distinção entre as cooperativas tradicionais e as aqui chamadas cooperativas populares.

Palavras chave: Cooperativismo Popular, Economia Solidária, Capital Social.

Abstract: This work was carried out with the purpose to understand the way popular cooperatives work. In this study, we refer to five common cooperatives in Rio de Janeiro city. An important discovery in this research was that helping the unemployment minimization and the social exclusion in those communities and mainly articulation one with another, those cooperatives help build and reproduce social capital. On the other hand, other discovery no less valuable than the other, was that those cooperatives are acting as considerable agents in the economy of solidarity development in Brazil. This strategy has been causing, as has been observed in some economical statistics the increase of poverty, unemployment and social exclusion.

¹ Professor Doutor do DEAC da UFSJ

² Professor Doutor do CPDA da UFRRJ

³ Professora Doutora do DAE da UFLA

Key-words: Common Cooperativism, Economy of Solidarity, Social Capital, Social Protection.

1. PARA INÍCIO DE CONVERSA

1.1 O cooperativismo no Brasil

Para se fazer uma retrospectiva histórica sobre o cooperativismo no Brasil, pode-se partir de duas constatações. A primeira é a que considera que determinadas instituições brasileiras possuem histórias que carregam consigo o que RIOS (1987) chama de “transplante cultural”.

A segunda constata que a importação do cooperativismo, sob a perspectiva de transplante cultural, mantém intocável a concentração de poder e de renda.

Essas constatações são importantes para se entender o distanciamento que os movimentos sindical, popular e social guardaram em relação ao cooperativismo que, de acordo com RIOS (1987) e BURSZTYN (1985) sempre foi considerado ‘coisa de patrão’. Mas, por outro lado, ajudam a observar suas características mutantes.

Nesse sentido, adquire uma plasticidade que lhe é peculiar, conforme os argumentos de autores, como MAURER JUNIOR (1966), RIOS (1987), OLIVEIRA (1996 e 2006), PINHO (1962) e BURSZTYN (1985). Talvez seja por isso que o cooperativismo traz consigo determinadas contradições, principalmente aquelas que relacionam conceituação e prática. Um exemplo bastante relevante, neste caso, pode ser observado quando a própria Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), segundo OLIVEIRA (1996), define, em seus documentos oficiais, que a cooperativa atingirá seus objetivos e princípios se, na definição de suas estratégias e ações, combinar as práticas da “*auto-ajuda, da cooperação, da economia solidária e da gestão democrática*” (OCB, 1988). Porém, conforme argumenta FOLLMANN (1980), na prática, grande parcela das cooperativas vinculadas ao sistema OCB, negam o que está escrito nestes documentos, pois, fundamentalmente, incentivam a prática da competitividade, do individualismo e da gestão concentrada.

Essa prática pode ser ilustrada por FOLLMANN (1980:56), quando diz que o cooperativismo privilegia a dimensão empresarial e que “*gera uma estratégia de atrelamento dos associados à eficiência administrativo-financeira da organização*”. Fato que ocorre quando a cooperativa desenvolve mais a sua estratégia econômica e atua mais em nome do sucesso empresarial.

Por outro lado, em contrapartida as cooperativas convencionais ou empresariais, conforme denomina DUARTE (1986), um outro tipo de cooperativismo vem sendo forjado e obtido um avanços. Tratam-se das cooperativas populares que, de acordo com GUIMARÃES (1998), representam coletivos que enxergam nelas não apenas uma unidade de produção e ou distribuição de bens, valores e serviços, mas instrumentos que ajudam na busca de melhores condições de suas vidas. Este tipo de cooperativas vem atuando de um modo que proporciona certas articulações ou práticas conjuntas que estão ajudando a dar sustentação ao desenvolvimento da economia solidária. É o que destacam os documentos e as informações que podem ser encontradas, por exemplo, nos *sites* do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) - www.fbes.org.br; da União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol-Brasil) - www.unisolbrasil.org.br; ou no portal do cooperativismo popular da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - www.cooperativismopopular.ufrj.br.

1.2 O surgimento e a expansão do cooperativismo no Brasil

De acordo com PINHO (1962), o surgimento do cooperativismo no Brasil se deu na década de oitenta do século XIX, quando algumas pessoas que se interessavam pelas questões sociais, se preocupavam com a necessidade de organização dos trabalhadores, sobretudo, após a desorganização das relações entre os patrões e os empregados, decorrente da abolição da escravatura. Desde essa época, o cooperativismo já fora apresentado como uma das soluções problemas econômicos e sociais de determinados grupos de indivíduos. Desde então, no Brasil, o cooperativismo passou a ser visto como instrumento amortecedor de conflitos gerados, sobretudo, da relação entre patrões e empregados, que tinham suas origens a partir das crises geradas pelo modelo econômico aqui praticado.

Um dado importante é preciso ser considerado: as primeiras cooperativas criadas no Brasil traziam duplos interesses, ora eram criadas por interesses dos trabalhadores, ora pelos dos patrões. Conforme afirma MAURER JUNIOR (1966), um exemplo a ser citado sobre o interesse patronal é o caso da Cooperativa de Camaragibe, em Pernambuco, que foi criada por interesse do proprietário de uma fábrica, cujos trabalhadores se tornaram proprietários/cooperados.

Para MAURER JUNIOR (1966), foi em 1902 que teve início o genuíno cooperativismo brasileiro, com a criação da Caixa Rural, em Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul. Dentre as cooperativas surgidas naquela época, destaca-se a Cooperativa Internacional da Lapa, que foi criada por um grupo de imigrantes ingleses que trabalhavam na São Paulo Railway que, depois, se transformou na Companhia Ferroviária Santos-Jundiaí, também conhecida como Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Esta cooperativa foi a primeira inspirada no movimento cooperativista inglês, ou seja, advinda exclusivamente da classe trabalhadora. Os outros modelos da época eram o alemão e o francês, que pregavam a junção de classes. Este fato foi *“digno de nota, por que essa cooperativa nascida embora entre representantes de uma classe, tenha sido a nossa primeira cooperativa verdadeiramente popular”* (MAURER JUNIOR, 1966:65).

O desenvolvimento do cooperativismo no Brasil, quase sempre teve a participação ativa do Estado. Em alguns momentos, esta participação foi bastante prejudicial. Somente a partir de 1988, isto começou a mudar.

1.3 A Constituição de 1988 e o X Congresso Brasileiro de Cooperativismo da OCB

A sinergia entre o Estado e o movimento cooperativista no Brasil é demonstrada pela relação direta e de cumplicidade mantida entre o governo e a OCB. Este pacto foi selado com a Lei 5.764 de 16.12.71. Em seus artigos 105 a 108 essa Lei, oficializa o OCB como a entidade representante do sistema cooperativista brasileiro. No entanto, esta mesma Lei garante ao Estado o controle sobre o cooperativismo brasileiro, por meio das ações do Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC)⁴. Esse relacionamento mudou, ou foi forçado a mudar, a partir da movimentação que antecedeu a promulgação da Constituição Federal de 1988.

As manifestações pró-constituente clamando por mudanças econômicas e sociais e pela prática da democracia no Brasil, exigiam do governo/estado afastamento do controle sobre as organizações da sociedade. Entre estas organizações estavam as cooperativas que, por meio de algumas de suas lideranças, passaram a exigir um novo modelo cooperativo para o Brasil, com autonomia em relação ao Estado. Essas movimentações tiveram efeito dentro do sistema OCB.

⁴ que por força da Constituição de 1988 teve suas atividades suspensas até que elabore-se e promulgue-se outra lei para o cooperativismo nacional.

Como a OCB, em seus estatutos, se autodefine como sendo uma organização de representantes patronais, varias cooperativas de trabalhadores iniciaram mobilizações para que este quadro fosse redefinido. Desse modo, a necessidade de mudança, tanto da Constituição Federal como da Lei 5.764, era inevitável.

Destarte, percebeu-se um duplo movimento: um para dentro, que clamava pela reestruturação do sistema OCB, e outro para fora, que exigia do Estado o seu pronto afastamento como órgão fiscalizador e controlador do cooperativismo nacional.

Por conta desse novo cenário, uma discussão central, nesta época, era a questão da autogestão. Nesse ponto específico haviam, pelo menos, duas compreensões: uma que entendia a autogestão como uma maneira de exprimir autonomia perante o Estado. E, outra, que a compreendia como sendo a possibilidade de se avançar num novo modelo de gestão, garantindo o princípio fundamental do cooperativismo, que é o exercício da democracia direta.

Esse debate desembocou no X Congresso da OCB, realizado em março de 1988. Foi vencedora a proposta defendida pela diretoria da OCB que, majoritariamente, representava os desejos das cooperativas rurais que, à época, mantinham a hegemonia no cooperativismo brasileiro.

As decisões do X Congresso, de todo modo, exigiram da OCB uma nova postura em relação ao Estado e definiram as estratégias de ação que nortearam a atuação dela nos debates da Constituição de 1988. Foi a postura das lideranças da OCB, durante esse processo, que forçou, o fortalecimento de lideranças cooperativistas independentes. E que estudiosos sobre o cooperativismo brasileiro definissem melhor suas posições críticas ao cooperativismo convencional representado pela OCB. Deste modo, sua representatividade foi questionada. Com efeito, podem-se tirar, pelo menos, duas conclusões: a primeira é de que a OCB deverá tentar, a todo custo, a sua manutenção como única representante nacional do sistema cooperativista. A segunda, por força do Artigo 5º da Constituição Federal, é que lideranças cooperativistas exigirão o fim desta unicidade. Este enfrentamento está se dando, também, dentro do Congresso Nacional, que está para definir a nova lei nacional do cooperativismo.

Ao que parece, estes debates e acontecimentos também ajudaram no surgimento das cooperativas populares.

1.4 Gênese das cooperativas populares

Foi a partir do início do século XIX que as cooperativas passaram a ser mais utilizadas por trabalhadores e por parcelas de excluídos do sistema produtivo/distributivo/consumidor em hegemonia na época - o liberalismo. Como apresenta COLE (1964), o exercício dessas práticas de cooperação serviu, em grande medida, para a busca de alternativas às crises causadas pelo advento do domínio do modo capitalista de produção.

À medida que tanto os estados liberais/capitalistas, bem como os de economia estatal centralizada optaram pela instrumentalização do cooperativismo para ajudar na implementação de suas políticas de desenvolvimento, criou-se o que se pode chamar de concepção híbrida. Esta concepção foi construída a partir do início do século XX. É importante lembrar que ainda existe uma forte corrente cooperativista que acredita ser ele uma 'terceira via', conforme argumenta PINHO (1965).

No momento em que o cooperativismo passou a ser utilizado em sua concepção híbrida, constituiu-se naquilo que pode ser caracterizado como o "elo perdido". Ou seja, uma estratégia na qual os trabalhadores depositaram enorme confiança no sentido de resolução dos seus problemas econômicos e sociais, mas que, no entanto, passou a servir, em grande medida para as estratégias liberais..

Outra questão que, demonstra a frustração dos trabalhadores com o cooperativismo e pode caracterizar a gênese do ‘elo perdido’, refere-se a quando, no lançamento do Manifesto Comunista (1848), este ter sido considerado como sugestão reacionária e utópica, embora considerando sua importância para o desenvolvimento da luta de classes e para a formação dos movimentos socialistas e comunistas (MARX e ENGELS, 1980).

Essa compreensão colocou, por um longo tempo e em larga medida, o cooperativismo em um lado “oposto” ao do movimento sindical e social, apesar do que apresenta Cole (1964) e POLANYI (1980), quando argumentam a fundamental importância das propostas dos chamados socialistas utópicos, sobretudo Robert Owen, na formulação das primeiras teses anti-capitalistas que, mais adiante, se transformariam nas próprias teses marxistas.

O próprio ENGELS (1945) afirmou que esses socialistas, dando destaque para Owen, significaram e influenciaram fortemente o movimento comunista do mundo inteiro. Além do mais, LÊNIN (1980), depois de considerar vencida a fase de tomada do Estado pelo proletariado, por ocasião da Revolução Russa, faz ampla defesa da prática do cooperativismo.

Vê-se, portanto, que caminhos o cooperativismo já percorreu. Nada mais compreensivo, então, que possa ser chamado, no Brasil, de “filho predileto do Estado”. Esse é o argumento de BURSZTYN (1985), referindo-se à forma como no Estado brasileiro o utilizava para reproduzir suas teses de crescimento econômico sem mudar estruturas sociais fundamentais, como, por exemplo, as que, no caso do setor rural, favoreciam a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários.

No entanto, numa outra variante, SINGER (2002) considera que, ao contrário, o cooperativismo é obra do movimento sindical e das classes trabalhadoras, fazendo referência às muitas experiências espalhadas por todo o mundo, como se pode observar em SANTOS (2002).

SINGER (2002) afirma que o cooperativismo serviu, e serve, para ajudar na descoberta de novas formas de organização econômica e social, em que se privilegiam ações que podem sinalizar alternativas aos mecanismos excludentes do mercado auto-regulável e apresentar-se como alternativa à empresa capitalista.

As considerações mencionadas acima (SINGER, 2002) e as outras experiências brasileiras e internacionais contidas em SANTOS (2002), além das argumentações de LAUSCHNER (1982), reforçam o debate sobre o desenvolvimento do cooperativismo e suas várias fases e formas, indicando a importância e a pertinência de mais profundidade e ampliação dos estudos.

Trata-se, portanto, de um debate em permanente mutação e ainda inacabado, o que permite procurar inserir-se nas discussões construindo uma relação do cooperativismo com o owenismo, conforme apresentam COLE (1964) e POLANYI (1980); com a chamada economia solidária, conforme SINGER (2002); e com o socialismo, conforme sugere LÊNIN (1980). Evidentemente, a construção de uma compreensão desse tipo não pode surgir ‘do nada’. Ela deve vincular-se a uma reflexão que incorpore o mínimo de resgate histórico e estar relacionada aos processos de luta dos trabalhadores e da sociedade por uma melhor forma de viver, que pode significar a aproximação de novas formas de organização social e que pode representar a estrutura de um elenco de movimentos emancipatórios como se observa em SANTOS (2002). Podem, ainda, relacionar-se, intencionalmente ou não, para seguir o ponto cardeal que QUIJANO (2002) chama de “*novo imaginário anticapitalista*”, sobretudo quando tratam-se de movimentos que buscam formas alternativas econômicas de sobrevivência das categorias mais pobres, grandemente relacionadas à luta contra o desemprego, a pobreza, a exclusão social.

Estas reflexões acima e outras citadas por diversos estudiosos, sinalizam para um novo tipo de cooperativismo, no qual sugere-se estar exercitando a cooperação e a autogestão, a confiança mútua e a solidariedade. Na medida que ele ajuda no surgimento de redes e teias de produção, distribuição e consumo de bens, serviços e valores, utilizando bens e recursos materiais e imateriais disponíveis, ou seja, o capital social e se aproximando de outros movimentos sociais chamados de progressistas, como sugere GOHN (2003) e ou emancipatórios, como sugere SANTOS (2002), este novo tipo de cooperativismo está reforçando a economia solidária. A este cooperativismo convencionou-se chamar de cooperativismo popular.

2. DESAFIOS, LIMITES E POSSIBILIDADES DAS COOPERATIVAS POPULARES: DIÁLOGOS COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA, O CAPITAL SOCIAL E AS PRÁTICAS DE PROTEÇÃO E MUDANÇA SOCIAL.

2.1 O surgimento das cooperativas populares

Atualmente as cooperativas populares formam um campo onde atuam, dentre outros atores, representantes da União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), da União e Solidariedade das Cooperativas e Empresas de Economia Solidária do Brasil (Unisol), da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a Associação dos Trabalhadores de Empresa Autogeridas - ANTEAG e da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCP's).

Mas estes e outros atores, cada um deles em sua medida, reconhecem que um fato marcante para o surgimento das cooperativas populares no Brasil foi a constituição do Comitê de Entidades no Combate a Fome e Pela Vida (COEP), em 1993, como resultado do Movimento Pela Ética na Política e no Âmbito da Ação da Cidadania, idealizado por Herbert de Souza, o Betinho.

Esse Comitê incentivou o surgimento de várias organizações coletivas de trabalhadores brasileiros, dentre as quais se destacaram algumas cooperativas populares, como é o caso da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos (COTRAM), fundada em 1993, na favela de Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro. Esta pode ser considerada a primeira cooperativa popular da era contemporânea com reconhecimento nacional, ou seja, primeira cooperativa a ser reconhecida como uma cooperativa de fato, criada e gerenciada por trabalhadores que são moradores de localidades onde o tecido social apresenta um grande número de pessoas com níveis de exclusão social, desemprego e pobreza muito grandes. Nesse caso, está-se falando de uma cooperativa que atua no seio de uma comunidade que reúne onze favelas que compõem o complexo de favelas de Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro (CTTC/ OFICINA SOCIAL, 2002).

Fruto desta experiência e para apoiar essa e outras que pudessem surgir na cidade do Rio de Janeiro, foi criada oficialmente em 1995, a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O objetivo principal foi o de dar apoio para o repasse de informações tecnológicas referentes às questões de gestão e administração dessas cooperativas populares. A partir dessa experiência, foi criado o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), que teve o apoio decisivo, além do COEP, da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), vinculada ao Ministério da Ciência e

Tecnologia (MCT); da Fundação Banco do Brasil (FBB) e do Banco do Brasil, que foram os financiadores e co-financiadores deste Programa, em sua primeira fase⁵.

Posteriormente, essas incubadoras se disseminaram por todo o Brasil e, em 1999, foi criada a Rede de ITCP's que, em parceria com a Fundação Unitrabalho, constituiu o Programa Rede de ITCP's e Economia Solidária. Este Programa proporcionou uma aproximação com outros projetos desenvolvidos por entidades nacionais que também já atuavam no apoio ao surgimento de cooperativas populares ou empreendimentos de economia solidária, como, por exemplo, a Cáritas Brasileira, a ANTEAG, a FASE, o IBASE.

Estes fatos, somados a outros de outras tantas iniciativas isoladas e conjuntas que estavam se desenvolvendo pelo Brasil afora, foram responsáveis pelo surgimento e expansão do cooperativismo popular. No entanto, foi a necessidade que os trabalhadores desempregados, em vias de desemprego ou em situação de precarização no trabalho, que de fato, impulsionou o surgimento de inúmeras formas de tentar gerar ocupação e renda, dentre elas a criação de cooperativas populares.

À medida que estas iniciativas são coletivas, elas fazem surgir, também, vários tipos de cooperativas populares nas mais diferentes atividades econômicas, fazendo eclodir um número cada vez maior desse tipo de cooperativismo, como demonstra o resultado do Mapeamento Nacional da Economia Solidária, elaborado sob a coordenação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que pode ser acessado por meio do *site* do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no endereço www.mte.gov.br.

A partir das reflexões apresentadas por GOHN (2003) e SANTOS (2002), pode-se afirmar que o cooperativismo popular surgiu, se reforça e se expande dentro do contexto de enfiamentos de modelos econômicos, precisamente reforçando as práticas de economia solidária e trazendo consigo variadas formas de produção, uso e reprodução de capital social, cujos fundamentos básicos são a confiança e a ajuda mútua. Por outro lado, arrisca-se afirmar, que ele é fruto, do amadurecimento dos movimentos social e sindical em relação à prática do cooperativismo.

2.2 Raízes conceituais e práticas das cooperativas populares

As raízes do cooperativismo popular no Brasil e suas práticas nos dias atuais remetem ao debate sobre suas formas, correntes, variantes e possibilidades interpretativas que foram apresentados nos itens anteriores. Ou seja, possui relação direta com as condições nas quais as cooperativas são criadas e como elas se relacionam com as propostas de desenvolvimento que se apresentam em disputa na conjuntura econômica, social e política.

Nesse sentido, observando-se as variadas experiências empíricas sobre cooperativas populares que acontecem atualmente no Brasil, por exemplo, as que, dentre outras, se pode constatar nas apresentações de SINGER e SOUZA (2000), PONTE JUNIOR (2000), GUIMARÃES (1988), GAIGER (2004), HECKERT (2003), OLIVEIRA (2006), etc., se pode afirmar que o conceito de cooperativismo popular surgiu da necessidade de contemplar, na prática cooperativista, segmentos da sociedade que, devido as suas condições sócio-econômicas, educacionais,

⁵ Com o surgimento da SENAES, este Programa teve um impulso e agregou outros órgãos financiadores, como, p.e., os ministérios do Trabalho, do Desenvolvimento Social, da Educação, da Cultura, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário. Também na fase pós-SENAES instituiu-se o Comitê Gestor Nacional do Proninc, que conta a participação da Rede de ITCP's, da Fundação Unitrabalho, da SENAES, do COEP e dos ministérios, órgãos e fundações que constituem os financiadores e co-financiadores do Programa.

habitacionais, culturais, são alijados dos processos e dos benefícios que proporcionam as plataformas de desenvolvimento que são aplicadas no país.

Não que alguns destes determinados extratos sociais já não tenham participado dos quadros sociais de algumas cooperativas, nem que as cooperativas sejam as únicas formas destes segmentos terem acesso às políticas de desenvolvimento, sobretudo aquelas que apontam para a minimização da exclusão social e do desemprego. Mas que, muito raramente, tem-se o registro de cooperativas que foram criadas com esse ou para esses fins específicos.

Partindo desse tipo de argumentação, chega-se às definições sobre o cooperativismo popular que são sugeridas por autores, como, por exemplo, GUIMARÃES (1998 e 1999), SINGER (2000 e 2002), ICAZA E TIRIBA (2003), SOUZA (2000), GAIGER (2000), OLIVEIRA (1996 e 2006), GOHN (2002), sobre os quais podem-se fazer algumas reflexões conceituais e se deparar com a interpretação de que uma cooperativa popular é aquela cuja dinâmica está vinculada a algumas práticas e exercícios, os quais podem ser divididos, por exemplo, em três campos: o econômico, o social e o político. O exercício comum e interligado dessas práticas possibilita, aos cooperados, a condição de estarem mais integrados à cooperativa e, sobretudo, estarem se considerando e, de fato, sendo os atores fundamentais de suas ações.

Ao que parece, a ação econômica, ou a social, ou a política conduzem sempre uma a outra, ou umas às outras, tornado-as indissociáveis.

Desenvolvendo estas conjuntamente, este novo tipo de cooperativismo conduz a um tipo de gestão em cujas práticas de definição de interesses, consideram os princípios da autogestão (FARIA, 1985; CARVALHO, 1983); e, em termos políticos, de práticas de ação coletiva que considerem essenciais o exercício da democracia representativa combinada com a democracia participativa dentro das arenas onde serão travadas as alianças para lutas por emancipação e transformação social e cultural (SANTOS, 2002).

Considera-se, por efeito, que se refere a um tipo de cooperativismo que rompe com o significado geral que a ele foi atribuído no “Manifesto Comunista” (em 1848, por Marx e Engels). Bem como com o significado conciliador ou reformista que foi reforçado, pelos elogios liberais de Stuart Mill.

Considera-se, também, um tipo de cooperativismo que se distancia do princípio da neutralidade política defendida pela corrente rochdaliana.

Por fim, o surgimento desse tipo de cooperativismo pode ser atribuído, sobretudo, aos efeitos causados pelas altas taxas de desemprego e pelo avanço dos índices de pobreza e miséria alcançados, principalmente em países periféricos, como os da América Latina e, em particular, o Brasil.

Com efeito, tornou-se possível, a partir daí, uma nova relação entre os movimentos social e sindical e o cooperativismo, na expectativa de uso deste para buscar alternativas ao desemprego e a pobreza, como argumenta GOHN (2003).

Pode-se, portanto, estar diante de uma espécie de reedição da luta pela instalação de organizações cooperativas, tal como aconteceu no início do século XIX, evidentemente que considerados todos os avanços adquiridos a partir das experiências acumuladas pelas organizações representativas dos movimentos social e sindical.

Na tentativa de ajudar na elaboração de um conceito sobre cooperativismo popular, pode-se observar além das considerações apresentadas no início deste item, as de GUIMARÃES (2000), para quem as cooperativas populares promovem o exercício de princípios que vão sendo enraizados e absorvidos no sentido de conduzir trabalhadores de baixa renda, integrantes das camadas populares e excluídos dos processos de mercado a praticarem autogestão e elaborarem novas formas de

produção, distribuição e consumo. Neste sentido, muito mais do que buscar apenas a renda, busca-se exercitar a cidadania. Para OLIVEIRA (2002) estas cooperativas atuam na contraposição ao cooperativismo tradicional. E para CULTI (2002), estas cooperativas se diferenciam pelo caráter operário e democrático e vêm em resposta à crise do trabalho.

Por esta razão, pode-se conceituar o cooperativismo popular como sendo aquele que privilegia uma aproximação acentuada do exercício dos princípios fundamentais da cooperação⁶, da prática da autogestão⁷ e da busca da composição de alianças estratégicas⁸ contra a pobreza e a exclusão social. Também, trata-se de um tipo de cooperativismo que pressupõe uma nítida articulação com os movimentos de luta pelo exercício fundamental da cidadania⁹.

Esse cooperativismo, ao que parece, está se estruturando sob organizações cooperativas que, ao mesmo tempo, agem como cooperativa e como entidade representativa de defesa dos direitos de seus membros. Configurando-se em uma espécie de *Sindoperativismo*. Ou numa espécie de contrapoder cooperativo, sobre o qual referem-se, por exemplo, OLIVEIRA (1996), ALENCAR (1993) e RIOS (1987), ao se referirem a sua ação em relação ao cooperativismo empresarial representado pelo sistema OCB.

As definições acima apresentadas possibilitam considerá-lo um tipo de cooperativismo que se envolve com a busca de alternativas para a geração de trabalho e renda e para a minimização da exclusão. Aliada a essa busca, percebe-se, também, práticas de confiança e ajuda mútua, cooperação, solidariedade, exercício de autogestão e busca da condição de exercitar cidadania para determinados grupos sociais. Neste sentido, esse cooperativismo possui uma forte relação com o movimento de economia solidária no Brasil e com a produção, a utilização e a reprodução de capital social, bem como com as práticas de proteção social.

3. O EXERCÍCIO DO COOPERATIVISMO POPULAR

3.1 As cooperativas populares no cotidiano das comunidades em que atuam

A partir das reflexões feitas em cinco cooperativas populares da cidade do Rio de Janeiro, entre 2003 e 2005, sendo elas:

- Cooperativa de Prestação de Serviços em Informática, Artes Gráficas e Consultoria - Dinamicoop - Dinamismo e Cooperação. Endereço: rua Armando de Albuquerque, 30. Morro dos Macacos. Vila Isabel. Rio de Janeiro, RJ. CEP: 20560-130. Telefone: 2576-2046, e-mail: dinamicoop@dinamicoop.com ou cooperativa@dinamicoop.com;
- Cooperativa de Trabalhadores do Morro do Andaraí LTDA (Cooperan). Endereço: rua Joana, s/nº - CEMASI Renascer do Andaraí - salas 06 e 07 - Andaraí - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20541-210. CNPJ: 02.860.621/0001-70. Inscrição Municipal: 02.641.550. Telefones: (21) 2520 4096/9893-0712. E-mail: cooperan@bol.com.br ou cooperan.coop@iq.com.br;
- Cooperativa Mista dos Trabalhadores do Parque Royal – Royal Flash. Endereço: Estrada Governador Chagas Freitas, s/n. Ilha do Governador, Rio

⁶ Ver sobre isto MARX (1983) e BORGADUS (1964).

⁷ Ver, por exemplo, FARIA (1985) e CARVALHO (1983).

⁸ Ver OFFE e WIESENTHAL (1986).

⁹ Compreendida como o que consideram OLIVEIRA e BAVA (1999)

de Janeiro. Tel: 3393-9928;

- Cooperativa de Trabalho Arco-Íris – ARCO-ÍRIS. Endereço: rua Carlos Saidon, 1281. Bairro Caju. Rio de Janeiro, RJ. Tel: 2589-5375; 3825-3204; 2485-7686. Site: www.arcoiris.org E-mail: info@arcoiris.org;
- Cooperativa dos Trabalhadores da Mangueira (COOPMANGA). Endereço: rua Visconde de Niterói, 345, no Complexo da Mangueira, na cidade do Rio de Janeiro, RJ

permite-se enxergar que elas se constituíram e atuam, numa perspectiva de reforçar a economia solidária e reproduzir capital social.

É necessário, para se observar melhor essas relações, entender que devido ao avanço da economia solidária no Brasil e à constatação de que, em grande medida, essas cooperativas estão atuando neste campo - exatamente a partir do momento em que passam, com mais nitidez, a produzir, utilizar e reproduzir capital social - que elas estão provocando uma forma diferenciada de se buscar proteção social, conforme justificam como o de SANTOS (2002).

Por outro lado, para dar musculatura reflexiva para as relações conceituais entre o cooperativismo popular, a economia solidária e capital social, convém que apresente-se quais as compreensões que, para efeito da elaboração deste artigo, tem-se sobre estes temas.

Por economia solidária, embora possa-se assegurar que trata-se de um debate em mutação, adotou-se, numa maneira de considerar-se o que se tem de acúmulo sobre o tema, o conceito consensualizado no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), segundo o qual, este conceito ou definição se baseia na compreensão de que:

“Por economia solidária se compreende um projeto emancipatório que não se restringe a mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal, mas trata-se de um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa. Ela se fundamenta na cultura da cooperação da solidariedade e da partilha, rejeitando as práticas da competição, da exploração e da lucratividade capitalista” (Carta de Princípios do FBES, que podem ser encontrados no site www.fbes.org.br).

E por capital social se está compreendendo um conjunto de vantagens por meio das quais as pessoas e grupos, se capacitam para ampliar os seus acessos a recursos materiais e imateriais, e buscam novas relações com outros atores. Com isso, garantem, sobretudo, o fortalecimento da democracia, conforme argumenta BEBBINGTON (1999).

Nesse sentido, o que se pode destacar é a forma como essas cooperativas atuam. Por isso, serão apresentadas, a seguir, as relações que as cooperativas investigadas possuem com este tecido de relações sociais, políticas e econômicas, consideradas como fios integrantes da construção do que, no campo das discussões acerca da economia solidária, se convencionou chamar de ‘outra economia’.

Durante a pesquisa, à medida que as práticas das cooperativas foram sendo investigadas, ou seja, à medida que as evidências empíricas foram sendo explicitadas, foi-se formando uma compreensão sobre a importância delas para o desenvolvimento das comunidades nas quais estão inseridas e no território em que agem. Precisamente, porque as suas atuações refletem no engajamento de um número crescente de pessoas que nunca tinham se aproximado de nenhum tipo de atividade que pudesse ajudar, por exemplo, na minimização do desemprego, nem

que pudesse resultar em uma forma de agir coletivamente nas discussões sobre as condições de vida dos moradores daquelas comunidades.

Exemplificando, no complexo de favelas do Caju, onde atua a cooperativa Arco-Íris, as pessoas foram se engajando na cooperativa e, a partir desse engajamento, passaram a ter atuação em outros projetos da comunidade, como o Projeto Primeiro Emprego, o Projeto Mães do Caju – que luta pela diminuição dos assassinatos dos seus filhos -, o Instituto Alternativo de Ações Solidárias, o Projeto “Contos de Favela”. Já na área de atuação da Coopmanga, complexo de favelas da Mangueira, as pessoas, a partir de suas integrações na cooperativa, passaram a atuar em projetos como o de reciclagem de materiais. No morro dos Macacos, em Vila Izabel, onde atua a Dinamicoop, outros projetos foram criados a partir da atuação da cooperativa, como, por exemplo, o Projeto Internet para Todos. Já no Morro do Andaraí, onde atua a Cooperan, as ações da cooperativa ajudaram a incentivar várias ações de apoio e ajuda mútua, onde os moradores passaram a exercitar práticas de solidariedade, sobretudo buscando participar do controle social de projetos que garantam a distribuição mais ordenada de cestas básicas e outros incentivos de programas governamentais. Na Ilha do Governador, onde atua a Royal Flash, a participação dos associados da cooperativa, em parceria com a associação de moradores, com projetos ligados a igrejas e com projetos de urbanização da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, resultou no projeto de revitalização e urbanização da Rua Oliveira que, anteriormente, era uma região de palafitas sobre a Baía da Guanabara. Portanto, os depoimentos apresentados a seguir ajudam a perceber que existe uma sintonia entre as lutas pelo avanço do exercício da cooperação, da solidariedade, da confiança e da ajuda mútua, com o cotidiano dessas cooperativas. Isso pode reforçar a tese de que esse tipo de atividade, mais uma vez ressaltando o que historicamente já aconteceu em outros momentos e espaços históricos, serve de instrumento para que os trabalhadores possam buscar proteção social, sobretudo no que diz respeito à tentativa de diminuir os índices de desemprego, pobreza e exclusão social. As cooperativas populares configuram-se, portanto, em fortes elementos a serem considerados nos programas de desenvolvimento sustentável e no avanço do exercício da democracia.

Segundo os entrevistados, o significado e a prática da cooperação podem ser vistos como ações dos mais variados tipos. Um deles é a aproximação com as associações de moradores, conforme a afirmação de que:

“Juntamente com a Associação de Moradores e mais algumas cooperativas, estamos criando o Instituto Alternativo de Ações Solidárias. Ele deverá ser oficialmente fundado no próximo dia 31/01/2004 e terá como finalidade principal apoiar as ações solidárias em comunidades carentes que possuam grande número de excluídos e desempregados” (Dados da pesquisa, janeiro de 2004).

Esse tipo de ação, para a comunidade do Caju, na compreensão do associado entrevistado, representa uma das formas mais importantes de exercício de cooperação. Isso porque, a criação do Instituto, no qual várias ações serão aglutinadas, ajudará a que os moradores da comunidade possam cooperar entre si, fortalecendo suas aspirações de terem mais destaque no contexto da cidade, fugindo, portanto, da fama de ser uma comunidade violenta. Este Instituto se encarregará, como uma das primeiras ações, da publicação do primeiro livro da série ‘Contos de Favela’, no qual escritores da própria comunidade relatam suas experiências de vida e histórias de sua comunidade. O segundo livro terá como tema as histórias contadas pelas mães que pertencem à ONG As Mães do Caju, ou Associação de Mães da

Comunidade do Caju, as quais tiveram filhos, parentes ou maridos assassinados em função dos conflitos tráfico-tráfico ou tráfico-polícia. Foi a Cooperativa que possibilitou este tipo de cooperação entre os vários movimentos existentes na comunidade.

Outras ações de cooperação são voltadas para a relação entre as cooperativas populares. Pelo que se pode observar no depoimento a seguir, há uma boa proximidade entre essas cooperativas, pois afirma o entrevistado que:

“Temos conversado com outras cooperativas para ver se fazemos atividades conjuntas. Por exemplo, uma das idéias foi juntar várias cooperativas para se atender um grande pedido de material. Nesse caso, envolvíamos a Royal, a Pierre Cardin, Coopmanga e a Coojac (de Jacarezinho). Tentamos isso num contrato de 40 mil peças com a Prefeitura. Infelizmente este contrato não se efetivou por conta de uma exigência da burocracia e uma falta de vontade política de algumas pessoas da prefeitura em resolver o caso. Mas, o importante foi que a nossa aproximação e os frutos que tivemos dessas conversas surtiu efeitos para outras ações conjuntas” (Dados da pesquisa, janeiro de 2004).

Especificamente, este é um exemplo de prática de cooperação no qual se busca um melhor desenvolvimento econômico da comunidade em que a Royal Flash atua e em outras, onde funcionam outras cooperativas populares. Garante-se, assim, a formação de redes de cooperação que podem dar, segundo avaliação dos entrevistados e a conclusão a que o pesquisador pôde chegar, no fortalecimento dos laços entre essas cooperativas e na possibilidade de reforço de práticas de economia solidária no estado do Rio de Janeiro. Aliás, todas as cooperativas populares investigadas durante a pesquisa fazem parte do Fórum Carioca de Cooperativismo Popular, que representa a célula estadual do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Central de Cooperativas Populares (Dados da pesquisa, maio a julho de 2006).

Outra consideração feita por um assessor da ITCP da UFRJ, percebe-se que as cooperativas cooperam entre si, mas, fundamentalmente, cooperam com outros movimentos no entorno onde atuam, para alcançarem conquistas para além do seu campo específico de atuação. Dessa forma, transparece sua atuação na comunidade e fora dela, como agente que se preocupa com a resolução de problemas que atingem a todos os trabalhadores que se encontram em situação de exclusão social ou de desemprego, reforçando assim as redes de economia solidária. Mas, sobretudo, a torna-se cooperativa um ator dos movimentos sociais.

Além das formas de buscar a cooperação para atuar como agente de mudança para fora de si, as cooperativas fazem a cooperação interna, que é reforçada pelas práticas de autogestão, que é elemento básico para o exercício desta cooperação como ação política.

Dessa forma, pôde-se perceber, em alguns depoimentos, como a democracia se apresenta dentro dessas cooperativas:

“Nós temos assembleias e, toda vez que é necessário, acontecem reuniões setoriais, quer dizer, nos locais onde estão localizadas grandes concentrações de cooperados. A gente chama de reuniões de setor. Isto é, por exemplo, tem um grupo que trabalhava na limpeza e outro na manutenção; daí a gente faz reunião no próprio setor” (Dados da pesquisa, janeiro a dezembro de 2005).

Esse é um exemplo de situação que ocorre para que se garanta a participação, o mais direta possível, dos cooperados nas decisões da cooperativa.

“A partir de 2004 nós acertamos uma grade de reuniões onde a Diretoria se reúne uma vez por mês e o Conselho Fiscal também. Os cooperados vinculados a contratos também se reúnem uma vez por mês. No mais, podem acontecer reuniões extraordinárias” (Dados da pesquisa, janeiro a dezembro de 2005).

Essa outra forma de se reunir, garantindo que, em todos os níveis da cooperativa, as questões estejam sendo acompanhadas, faz com que as informações circulem e a cooperação seja estimulada.

“Com o nosso trabalho, as coisas foram se mostrando mais sólidas. Com pouco tempo já foi sendo preciso escolher pessoas para coordenar grupos. Eu mesma fui coordenadora de um grupo e, depois, fui do conselho fiscal da cooperativa” (Dados da pesquisa, janeiro a dezembro de 2005).

Noutro depoimento contata-se que:

“Sempre foi assim. A gente sempre pregava uma para outra que cada associado era o dono da cooperativa, era responsável por aquilo. Neste caso, sempre distribuimos responsabilidades. Tinha as coordenadoras de setores que mudavam a cada três meses. Por quê? Porque, para que quem ainda não fosse coordenador, pudesse também ser e entender que aquela lição era uma forma de que aquela pessoa se sentisse atuando na condução do negócio. Todos os problemas eram discutidos e sentidos por todos, ou seja, sempre teve democracia e participação” (Dados da pesquisa, janeiro a dezembro de 2005).

Em mais um depoimento que reforça a importância das reuniões e o nível de participação dos cooperados nelas a entrevistada disse que:

“As nossas reuniões iam longe em muitas discussões. Teve reunião que durou 5 ou 6 horas. Essas reuniões aconteciam todas as semanas. Além de ter as reuniões nas unidades onde trabalhávamos. Isso mudou nossas vidas. Isso mudou nosso modo de agir, inclusive dentro de casa” (Dados da pesquisa, janeiro a dezembro de 2005).

Para um entrevistado de outra cooperativa investigada, a grande importância das reuniões é que elas estimulam as pessoas a falar e a expor suas opiniões:

“Sempre o grupo todo participa. Quando eu falo a gente, eu nunca estou falando eu, eu, eu. É sempre o grupo. E sempre com esta cultura de sentar à mesa e discutir o que é melhor pra gente, com a cultura de ouvir e ser ouvido. No começo, tinha gente que só escutava, mas o volume e a sistemática das reuniões foram ajudando a desinibir as pessoas. Atualmente, ninguém fica sem falar, sem opinar, sem ajudar a decidir” (Dados da pesquisa, janeiro a julho de 2006).

Na avaliação de assessores, pôde-se perceber que outra forma de participação acontece, ou é estimulada, pelos cursos que são ministrados para os cooperados e nos desdobramentos que eles provocam no processo de estrutura gerencial das cooperativas, ou seja, nas reuniões e assembleias.

“A participação nos cursos e eventos de quem não era da direção fortaleceu a possibilidade de rodízio na gestão das cooperativas... Isso pode não garantir a democracia, mas se isso não existir, cristaliza a diferenças entre os setores dirigentes e o restante dos cooperados. Assembléias muito mais vezes do que apenas uma vez por ano é fundamental pra se garantir a democracia. Eu não posso dizer que uma cooperativa é democrática apenas porque ela faz cinco assembléias por ano, mas eu posso constatar que ela não é democrática se não fizer nenhuma, ou fizer apenas uma, como é exigido pela lei. Pela negação, eu posso te mostrar como você pode estar tendo uma cooperativa autogestionária ou não” (Dados da pesquisa, janeiro a julho de 2005).

Os depoimentos indicam a capacidade das cooperativas exercitarem a democracia interna e de tentarem praticá-la dentro de princípios que reforçam a autogestão, em que todo o processo de acompanhamento das atividades e seus resultados são compartilhados o mais abertamente possível e envolvendo o maior número de cooperados. Por outro lado, perceberam-se as mais variadas tentativas de se garantir a participação de todos, não só na manutenção sistemática das reuniões e assembléias, mas também numa metodologia de reuniões que garanta a participação dos associados, desde a elaboração da pauta da reunião até a tomada de decisões finais.

Outro elemento, fundamental, nas práticas das cooperativas populares e que fazem sua ligação ser umbilical com a economia solidária e o capital social, é a solidariedade. Uma das afirmações de um dos entrevistados, nesse sentido, foi a seguinte:

“Já falei muito que quando um de nós vai para um colégio técnico e tira um curso e volta para a comunidade com a maior felicidade de estar repassando estes cursos para outras pessoas, isso é uma vontade de compartilhar aquilo que eles aprenderam com outras pessoas. Eles sabem que isso vai ser utilizado para o bem, que vai ser potencializado em ações afirmativas, transformar pessoas, transformar vidas, ver que não basta olhar só para o seu umbigo, mas para o bem do seu entorno, dos seus vizinhos... Quando eu venho para cá, eu não venho porque vou fazer um favor, venho porque acho que este é mais do que meu papel. Então, tem que vir com vontade de fazer, de ser solidário” (Dados da pesquisa, janeiro a julho de 2006).

Esse parece ser um forte indício de prática e exercício de solidariedade, que também pôde ser observado no depoimento de uma cooperada de outra das cooperativas investigadas, quando afirmou que:

“Naquela época, como estava acontecendo o curso de cooperativismo e para não se perder tempo, na hora do descanso do almoço, o grupo se juntava e fazia a discussão do curso” (Dados da pesquisa, janeiro de 2004).

Reforçando o depoimento acima, uma cooperada da mesma que faz parte a entrevistada acima, disse:

“Bem lembrado, na hora do almoço! Todo mundo cansado, mas ia. Era muito difícil, principalmente com as pessoas com pouca leitura. Mas foi aquilo que fez despertar, por exemplo, o entender sobre a diferença do trabalho com o patrão e assalariado, do trabalho na cooperativa, com solidariedade, que, inclusive, é diferente do autônomo ou individual. Então, tudo é muito carregado de

experiência. Outro exemplo de solidariedade foi na questão da moradia. Morávamos em palafitas, com a água entrando dentro de casa. Com o dinheiro que eu ia ganhando, ia comprando entulho e fazendo aterramento. As outras pessoas da comunidade que também estavam junto conosco começaram a fazer o mesmo. E aí, uma das ações da cooperativa foi organizar este movimento. Foi assim que conseguimos ter hoje nossas casas de alvenaria e estarmos longe da água. Isso aconteceu na rua Oliveira” (Dados da pesquisa, janeiro de 2004).

Na compreensão dessa entrevistada, estava-se vivenciando um forte momento de solidariedade que trouxe muito reforço para a cooperativa. Esta constatação é reforçada pelo depoimento de outro cooperado de outra cooperativa, que disse:

“Desse jeito a cooperativa se transforma numa espécie de família. Quando acontece uma ‘perda’, todos nós ficamos tristes. Por exemplo, esse acontecimento de hoje, onde a polícia matou cinco moradores da comunidade, dos quais, dois são filhos de cooperadas. É como se a perda fosse da nossa família. E foi a cooperativa que proporcionou isto. Antes, a gente passava na favela, via um cadáver no chão e não ligava muito não, ia embora. Hoje, nós estamos aprendendo a ser mais solidários e sentir o drama do irmão. E isso não é só de gente da nossa cooperativa, é também em relação às outras cooperativas amigas nossas, como foi o caso Seu Osvaldo lá da cooperativa do morro do Andaraí” (Dados da pesquisa, janeiro de 2004).

Por outro ângulo de observação, a solidariedade se exprime em outras ações que a cooperativa executa, como se pode ver no seguinte depoimento:

“A gente criou um departamento social para dar os primeiros atendimentos à comunidade. Ele não só atende demandas de emprego. Ele cuida também da questão de emissão de documentos, encaminhamento para questão de reforço alimentar, questões médicas, etc. Foi uma forma que a cooperativa encontrou de procurar atender à comunidade em outras áreas além daquela que ela já atende, que é a falta do trabalho. Esse é mais um dos trabalhos que a gente faz aqui no Andaraí” (Dados da pesquisa, janeiro de 2004).

Pelas avaliações das atividades dessas cooperativas, a pesquisa indicou tratarem-se de práticas que podem sinalizar para a solidariedade entre as pessoas e os grupos, nos mais variados níveis. São valores que, aos poucos, vão transformando as ações individuais em coletivas, à medida que as ações da cooperativa vão se desenvolvendo. Reforça, dessa maneira, a solidariedade que é tão necessária para que se possa ter condição de lutar pelo fim da exclusão social e do desemprego nessas comunidades. Esta solidariedade pode ser reforçada pelas práticas de ajuda e confiança mútua, que são recursos importantes do capital social.

Os depoimentos que se seguem indicam que esses recursos reforçam a solidariedade como um valor importante na dinâmica dessas cooperativas.

“A cooperativa também ajuda a diminuir a violência, atuando nessa parte de buscar dar instrução e esclarecimentos. A nossa comunidade mesmo, que é tida como violenta, nós já ajudamos a diminuir isso um pouquinho. Muitas vezes, a pessoa passa para o outro lado, porque não teve oportunidade nenhuma. A cooperativa que funciona dentro da comunidade tá ali observando os problemas de perto e ajudando a resolvê-los. É uma forma de ajudar uns

aos outros e aumentar a confiança naquilo que nos une” (Dados da pesquisa, janeiro de 2004).

O depoimento de um cooperado de outra cooperativa investigada reforça a importância da confiança como elemento importante para o fortalecimento das ações da cooperativa.

“A maioria do pessoal da comunidade nos respeita e muito. Porque se não respeitasse, meu irmão, você ia chegar aqui e ver tudo quebrado, eu não ia conseguir te receber aqui, entendeu? Eu ia ter que encontrar com você em outro lugar. Eu acho rola uma confiança porque, se não, as pessoas não procuravam a gente aqui, vindo em busca de ajuda e informações, principalmente querendo se agregar. E qual é a força que a gente tem? Tem a confiança entre nós e a vontade de se ajudar. Isso impõe respeito e a prova é que o nosso trabalho se mantém. A cooperativa está viva. Ficar numa boa assim na comunidade é uma conquista. Quer dizer, aquilo tudo que nos motivou no início foi fortalecido pela relação de confiança que construímos dentro da cooperativa e com todos os nossos parceiros. E essa confiança, igual eu falei, fortalece o indivíduo e o grupo” (Dados da pesquisa, janeiro de 2004).

A análise dos dados da pesquisa revela que as cooperativas populares podem ser consideradas como ambientes de produção e reprodução de capital social e como unidades de sustentação da economia solidária. Ou seja, seus objetivos principais reforçam sua função como agente social e econômico, à medida que seu funcionamento cotidiano apontou para o exercício da cooperação, da solidariedade, das práticas de democracia e de ajuda e de confiança mútua. Sobretudo, essas cooperativas pesquisadas orientam suas ações na direção de uma prática de proteção social, precisamente quando dão enfoque mais específico à questão da minimização do desemprego.

4. FINALIZANDO, POR ENQUANTO, ESTA CONVERSA.

O cenário que hoje se configura, sinaliza uma tendência segundo a qual o cooperativismo brasileiro encontra-se dividido em pelo menos duas grandes linhas de ação. Um que se organiza para reforçar a ordem econômica liberal. E outro, que é chamado de cooperativismo popular, que apóia um possível novo setor da economia nacional, que pretende não ter na competição e na busca do lucro, suas únicas justificativas de sustentação. Esta-se falando da economia solidária.

Neste sentido o cooperativismo popular parece está atuando em, pelo menos duas direções. Na primeira, ajuda a desenvolver a economia solidária estabelecendo relações de solidariedade e cooperação. E, na segunda, se contrapõe ao cooperativismo empresarial.

Neste confronto, em mínima instância, surgem, pelo menos, três tipos de argumentos. O primeiro deles, seria o argumento estatístico; o segundo o argumento da relação com o estado; e o terceiro, o argumento da legislação.

No primeiro pode-se destacar o crescimento maior no campo do cooperativismo popular. No segundo, pode-se destacar o reconhecimento do estado, ao mesmo tempo, como ator e arena no desenvolvimento do cooperativismo popular, respeitando-se as autonomias constituídas. No terceiro, o da legislação, observa-se que enquanto o cooperativismo empresarial representado pela OCB, busca a

aprovação de uma lei que mantenha a unicidade representativa do sistema, o cooperativismo popular almeja o contrário. Este conflito tem se expressado através do Congresso Nacional, onde há vários anos encontra-se em tramitação Projetos de Leis Gerais para o Cooperativismo que, são distintos com relação ao tema da unicidade representativa.

Retomando as questões norteadoras da pesquisa, pode-se afirmar que em todas as cooperativas pesquisadas, parcelas significativas de seus cooperados e cooperadas estão adquirindo ocupação e inclusão social. Maximizando, desta forma, suas condições de vida, principalmente a partir de ações desempenhadas diretamente pelas próprias cooperativas ou em articulação com outras cooperativas populares.

A saída do isolamento e a conquista de relações sociais mais amplas foram verificadas a partir, por exemplo, da construção da central de cooperativas populares e na participação dessas no Fórum Carioca de Cooperativas Populares, que para o estado do Rio de Janeiro representa o Fórum Estadual de Economia Solidária. A vinculação destas cooperativas com este Fórum reforça suas relações com outras cooperativas, com outros empreendimentos de economia solidária.

Considerando o conceito de capital social como o conjunto de vantagens que as pessoas e seus grupos utilizam para ampliarem os seus acessos a recursos materiais e imateriais, no sentido de buscarem novas relações com outros atores, a pesquisa revelou que as cooperativas investigadas conquistaram novos patamares neste sentido. Sobretudo, quando se observa que os recursos mais acessados foram os das práticas de solidariedade e ajuda e confiança mútua, que reforçaram o exercício da cooperação entre essas cooperativas e dentro delas próprias.

Em todas as questões levantadas, é importante ressaltar que a atuação dos mediadores, parcerias ou assessorias foi fundamental. Reforça-se, deste modo, que além das cooperativas atuarem buscando alianças entre si, também ampliam suas relações com outros atores com estruturas diferenciadas de ação e de poder na sociedade. Todo este processo ainda aponta para desafios permanentes para as cooperativas, pois se trata de algo muito recente no campo da busca de novas relações sociais, principalmente para os cooperados e cooperadas.

A essas experiências pesquisadas, somam-se outras centenas de iniciativas semelhantes espalhadas por todo o Brasil. Essas experiências, na maioria das vezes, estão vinculadas aos movimentos sociais, tais como: movimento ambientalista, movimento de atingidos por barragens, movimento feminista, movimentos dos trabalhadores rurais sem terra, dentre outros. Estas articulações se caracterizam como uma nítida prática de solidariedade e cooperação, em favor de conquistas que podem ajudar na melhoria de vida de boa parte da população brasileira, notadamente aquela que se encontra na condição de exclusão social e desemprego.

Para minimizar o desemprego e a exclusão social as cooperativas populares precisam utilizar e produzir capital social e se articularem em redes de solidariedade. Exatamente para adquirirem condições de, além do espaço local, atuar em outros níveis que lhes possibilitem relacionamentos com outros movimentos sociais, no sentido de intervirem em novas relações que beneficiem as camadas populares.

Todas as reflexões efetuadas até o momento e durante o desenvolvimento da pesquisa, apontaram para uma perspectiva de que esse processo analisado sirva, sobretudo, para o empoderamento dos cooperados, no sentido de que assim possam intervir, isoladamente ou em conjunto com outras forças, nos ambientes em que vivem. Podendo reforçar a luta pela democratização econômica, social e política do Brasil, objetivando, em mínima instância, uma diminuição da pobreza, do desemprego e da exclusão social.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, E. *Nova abordagem cooperativista - cooperativa como um instrumento de contraposição*. Lavras: UFLA-DAE, 1993. 9p. (Apostila).

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília: MTE/SENAES, 2006. 60 p.

BEBBINGTON, Anthony. *Capitals and capabilities: a framework for analysing peasant viability rural livelihoods and poverty in the andes*. London: IIED/DFID, 1999. 54p.

BORGADUS, Emory S. *Princípios da cooperação*. Rio de Janeiro/São Paulo: Lidador, 1964a. 91p.

BORGADUS, Emory S. *Problemas de cooperação*. Rio de Janeiro/São Paulo: Lidador, 1964b. 118p.

BURSZTYN. M. *O poder dos donos*. Petrópolis: Vozes, 1985. 177 p.

CARVALHO, N.V. *Autogestão: o governo pela autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 156p.

COLE, G.D.H. *Historia del pensamiento socialista*. V. I, Los Precursores (1789-1850). 3.ed. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 1964. 342p.

CTTC/OFICINA SOCIAL. *Construindo alternativas de trabalho e renda: PRONINC*. Rio de Janeiro: CTTC, 2002. 118p.

CULTI, Maria Nezilda. *O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade*. In: CONGRESSO EUROPEO DE LATINOAMERICANISTAS, 3., 2002, Amsterdam. Holanda, 2002.

DUARTE, Laura Maria Goulart. *Capitalismo e cooperativismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: L & PM, 1986. 96p.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Rio de Janeiro: Edições Horizonte, 1945. 117p.

FARIA, J.H. *Relações de poder e formas de gestão*. Curitiba: Criar/CDE/FAE, 1985. 87p.

FOLLMANN, José Ivo. Participação cooperativa e mudança social. *Revista Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, v.15, n.27, p.51-72, 1980. (Série Cooperativismo, 6).

GAIGER, Luiz Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000a. p.267-286.

GAIGER, Luiz Inácio (Org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 417p.

GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos sociais no início do século xxi: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2003. 143p.

GUIMARÃES, Gonçalo (Org.). *Ossos do ofício*. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE/UFRJ, 1998. 135p.

GUIMARÃES, Gonçalo. Por uma tecnologia do trabalho. In: _____. *Sindicalismo e cooperativismo*. São Paulo - Rio de Janeiro: ITCP - COPPE/RITCP's/UNITRABALHO, 1999a. p.113-124.

- GUIMARÃES, Gonçalo. (Org.). *Sindicalismo e cooperativismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: ITCP-COPPE/RITCP's/UNITRABALHO, 1999b.
- HECKERT, Sônia Maria Rocha. (Org.). *Cooperativismo popular: reflexões e perspectivas*. Juiz de Fora: UFJF, 2003. 22p.
- ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia popular. In: CATTANI, Antônio David. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. 306p.
- LAUSCHNER, Roque. Autogestão, cooperativismo e capitalismo. *Revista Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, v.17, n.12, p.57-116, 1982. (Série Cooperativismo, 36)
- LENIN, V.I. Sobre a cooperação. In: _____. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Alfa-Omega, 1980. p.657-662.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Ched, 1980. 57p.
- MARX, Karl. Cooperação. In: _____. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p.257-266.
- MAURER JUNIOR, Theodoro M. *O cooperativismo: uma economia humana*. São Paulo: Pioneira-Metodista, 1966. 328 p.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COOPERATIVISMO, 10., 1988, Brasília. *Documento final...* Brasília, 1988.
- OFFE, Claus; WIESENTHAL, Helmut. Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre classe social e a forma de representação. In: OFFE, Claus. *Problemas estruturais do estado capitalista*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1986.
- OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. *A Atuação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau: a Economia Solidária no Debate Acerca do Desenvolvimento Regional*. Blumenau: URB, 2002. 187 p. (Dissertação de Mestrado).
- OLIVEIRA, Benedito Anselmo M. de. *COPROCOL: um caso de contrapoder cooperativo?* 1996. 132p. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.
- OLIVEIRA, Benedito Anselmo M. de. *As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades: casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA.Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
- COPROCOL: um caso de contrapoder cooperativo?* 1996. 132p. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.
- OLIVEIRA, Francisco; BAVA, Silvio Caccia. *O que é formação para a cidadania?* 1999. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.Br/direitos/sos/textos/coliveira.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2006.
- PINHO, Diva Benevides. *Cooperativas e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Pioneira, 1962. 299p.
- PINHO, Diva Benevides. *doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista*. São Paulo: Pioneira, 1965. 168 p.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. 306p.

PONTE JUNIOR, Osmar de Sá. (Org.). *Mudanças no mundo do trabalho: cooperativismo e autogestão*. Fortaleza: Expressão, 2000.

QUIJANO, Aníbal. “Sistemas alternativos de produção?” In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.475-514.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. *O que é cooperativismo?* São Paulo: Brasiliense, 1987. 70p. (Coleção Primeiros Passos, 189).

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. 127p.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, André Ricardo de. Os empreendimentos comunitários de São Paulo. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.